

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.373 - DF (2019/0359451-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : PAULO AUGUSTO ZARAT PEDROSA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : PAULO EMILIO CATTAL PRETA DE GODOY - DF013520  
ALAN DINIZ MOREIRA GUEDES DE ORNELAS - DF060460  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PAULO AUGUSTO ZARAT PEDROSA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (HC 0723862-26.2019.8.07.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso cautelarmente e denunciado pela prática de dois crimes de roubo circunstanciados pelo emprego de arma de fogo em concurso formal (art. 157, §2º-A, inciso I, c/c art. 70, ambos do Código Penal), praticados em 13/04/2019.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, na Corte *a quo*, consubstanciado no indeferimento do pedido de relaxamento de prisão e do alegado excesso de prazo para formação da culpa.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 214):

**HABEAS CORPUS. CRIMES DE ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO EM CONCURSO FORMAL. PRISÃO PREVENTIVA EM 24/04/2019. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PENDÊNCIA DE DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELA DEFESA. PROCESSO SUSPENSO A REQUERIMENTO DA DEFESA. ORDEM DENEGADA.**

1. Os prazos estabelecidos para a instrução processual não são absolutos, admitindo-se a razoável flexibilização no seu cumprimento, devendo eventual demora na conclusão da

*instrução processual ser examinada à luz da razoabilidade e da proporcionalidade, que podem ou não afastar a alegação de constrangimento ilegal, diante da natureza e complexidade da causa e do número de réus.*

2. *No caso dos autos, as testemunhas já foram ouvidas e o réu interrogado, encontrando-se pendentes um laudo sobre uma arma apreendida na residência do paciente e um relatório psicológico, ambas as diligências solicitadas pela Defesa. Além disso, a própria Defesa postulou a suspensão do processo enquanto providencia o laudo psicológico. Assim, não há que se falar em constrangimento ilegal.*

3. *Ordem denegada para manter a segregação cautelar do paciente, por não estar configurado o excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal.*

Na presente oportunidade, a defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, por se encontrar preso desde 24/04/2019.

Salienta que as testemunhas já foram ouvidas e o paciente interrogado, encontrando-se pendentes a juntada de relatório psiquiátrico acerca das condições emocionais do paciente e o do laudo de exame na arma apreendida, imprescindível para o deslinde processual.

Aduz, ainda, que não se trata de feito complexo e que o paciente, primário, com residência fixa e sem passagens pela polícia, é réu confesso e teve oferecida proposta de emprego, sendo suficiente, na hipótese, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a expedição do alvará de soltura do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

**Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial

que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No particular, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, de acordo com o Tribunal de origem (e-STJ, fl. 220/221):

*No caso dos autos, não se verifica o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.*

*Conforme informado pela autoridade coatora, corroborando o que já foi registrado na decisão que indeferiu a liminar, encontram-se pendentes duas diligências solicitadas pela Defesa.*

*Disse a MM. Juíza que o laudo de exame da arma já foi solicitado, sendo que tal diligência foi requerida pela Defesa.*

*Além disso, a própria Defesa requereu a suspensão do processo (ID 12330469, p. 2) até que fosse confeccionado relatório psiquiátrico, sendo que o atendimento do paciente para realização da referida prova técnica ficou a cargo de psicóloga também indicada pela Defesa, conforme decisão de ID 12330465, p. 2.*

*Nesse caso, restando pendentes diligências requeridas pela Defesa, não há que se falar em constrangimento ilegal, uma vez constatado que o feito vem sendo regularmente impulsionado pelo Juízo a quo.*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e do fornecimento de mais informações pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator